



1ª Marcha dos Fortes

15 de Outubro de 2005
LINHAS DE TORRES VEDRAS



Saudação



O Clube de Actividades de Ar Livre saúda todos os participantes nesta 1ª Marcha dos Fortes das Linhas de Torres de 15 de Outubro de 2005!

Ao lançar este desafio, pela primeira vez em Portugal, o CAAL presta homenagem e relembra o trabalho pioneiro de Dirigentes, Sócios e Amigos do Clube que idealizaram, conceberam, testaram e marcaram, em 1986, um percurso pedestre de Grande Rota (GR), entre Bucelas e Torres Vedras, ao longo das Linhas de Torres, sob o lema Conhecer uma Região e Reviver a História.

Neste ano em que comemora o seu XX Aniversário, ciente do sempre crescente número de pessoas interessadas em juntar o prazer de caminhar, à alegria do convívio e ao encontro com a nossa História, o nosso Clube entendeu lançar-vos este desafio para uma grande jornada desportiva e lúdica.

Em boa hora o fizemos! Com o apoio da Câmara Municipal de Loures, com a simpatia das gentes e autarcas das terras por onde passamos, e sobretudo com a vossa presença alegre e decidida, esta jornada é já um grande êxito e uma referência no panorama do pedestrianismo em Portugal, fazendo parte do calendário anual de actividades da Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada.

Com o aproximar das comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular e na sequência do crescimento do Turismo Activo em toda a Europa, será grande a procura do nosso País como destino de Caminheiros, sobretudo na vasta área circundante de Lisboa.

Urge pois constituir uma infra-estrutura turística indispensável para dar resposta a este importante segmento de mercado em franca expansão.

O Clube de Actividades de Ar Livre assumirá o seu papel procurando um envolvimento responsável com o Estado e Autarquias na prossecução deste objectivo: dotar a Região de uma coerente, harmoniosa e estruturante Rede de Percursos Pedestres que, além de importante infra-estrutura turística, sirva os interesses das pessoas e das terras por onde passa.

De Runa ao Zambujal, 15 de Outubro de 2005

Linhas de Torres - O que são?

Trata-se de um conjunto de pequenos fortes, mandado edificar pelo general inglês Wellington, comandante das forças aliadas em Portugal (que previa uma nova invasão do exército francês), estendendo-se do Tejo até ao mar, e que tinham como principal objectivo a defesa de Lisboa. Este conjunto arquitectónico militar reforçava os obstáculos naturais do terreno, controlando todas as passagens – nomeadamente a que de Coimbra leva até Lisboa – ao mesmo tempo que permitia a comunicação com o mar, salvaguardando uma possível retirada militar dos ingleses, em caso de derrota.

A construção das Linhas de Torres iniciou-se em Novembro de 1809 com a remodelação e ampliação da fortaleza de S. Julião da Barra, a par com a construção dos fortes de Sobral e Torres Vedras, a que se seguiram as fortificações de Mafra, Montachique, Bucelas e Vialonga. Tendo os trabalhos terminado apenas em 1812, a sua ocupação pelos aliados foi feita ainda com as fortificações inacabadas. No seu todo compreendiam um conjunto de 152 fortificações, colocadas em pontos estratégicos ou elevados, com uma capacidade de guarnição de 39000 homens e um potencial bélico de 628 bocas de fogo que defendiam todas as vias de acesso. Estavam divididas em três grandes linhas: a primeira ia de Alhandra à Foz do Sizandro, a segunda da Póvoa de Sta. Iria a Ribamar e a terceira estava centrada em S. Julião da Barra.

O sua construção decorreu em segredo absoluto e, sob o comando inglês, mais de 150 mil camponeses trabalharam na construção destas fortificações.

Napoleão nunca levou muito a sério a real valia das tropas inglesas e portuguesas, pelo que as duas primeiras invasões de Portugal foram comandadas por generais que se podem considerar de segunda linha. No entanto, a terceira levou a que fosse destacado o general Massena, na tentativa de submeter os aliados e resolver o problema chamado “Portugal” de uma vez por todas.

Massena, apesar de ter chegado até bem perto das Linhas de Torres, depois de ter observado pessoalmente as fortificações e de se ter apercebido da dificuldade que seria transpô-las, iniciou a sua retirada da Península Ibérica. Perseguido pelas forças aliadas, e depois de alguns confrontos dos quais sairia derrotado, a 5 de Abril de 1811 estabeleceria o seu quartel-general em Ciudad Rodrigo.

Desta forma a estratégia tecida pelo duque de Wellington e que levou à construção das linhas de Torres, resultou na derrota francesa, marcando o final das guerras napoleónicas.

Passados dois séculos, restam ainda os vestígios materiais destes confrontos.



1ª Marcha dos Fortes

15 de Outubro de 2005
LINHAS DE TORRES VEDRAS



Uma perspectiva estratégica

Apesar da extensa bibliografia dedicada – sobretudo em língua inglesa – à chamada Guerra Peninsular, são escassas as referências à longa linha de fortificações conhecida como Linhas de Torres, sendo muito limitados os estudos tendentes a clarificar o seu verdadeiro papel e a importância que assumiram naquele conflito.

Com efeito, pode afirmar-se que as Linhas de Torres constituíram a pedra angular da estratégia peninsular de Arthur Wellesley – mais tarde duque de Wellington e marquês de Torres Vedras – enquanto comandante das tropas anglo-lusas. Para melhor o podemos compreender, há que ter em conta algumas considerações referentes à natureza dos contendores envolvidos, bem como às condicionantes a que se encontravam submetidos.

A Guerra Peninsular, enquanto componente das Guerras Napoleónicas - através das quais Napoleão Bonaparte procurou firmar a hegemonia francesa no continente europeu para, dessa forma, ganhar um acesso privilegiado aos mercados coloniais – deve ser entendida essencialmente como uma confrontação entre uma potência continental – a França – e uma potência marítima – a Grã-Bretanha. Esta agarrou o melhor que pôde o pretexto oferecido pelos franceses quando, a fim de fecharem os portos peninsulares aos navios britânicos, enviaram tropas para Espanha; tais tropas, em princípio destinadas a uma invasão de Portugal, começaram por ser bem recebidas pelos povos espanhóis, mas cedo a situação se inverteu.

A explicação para uma tal mudança de atitude é simples: embora muitas vezes tal passe despercebido ao leigo, o factor decisivo para o desfecho de qualquer conflito armado só muito raramente reside na heroicidade ou valor das forças em confronto, ou no seu nível de armamento. É a logística que, aliada às circunstâncias impostas pelo terreno e pelo clima, mais frequentemente dita o resultado de uma confrontação militar. Ora quanto maior e mais poderoso um exército, mais desmesuradas são as suas necessidades, e maior o esforço que impõe às suas fontes de aprovisionamento. Dadas as distâncias a que o exército francês operava das suas bases transpirenaicas, não restava outra opção, para alimentar homens e bestas, senão recorrer ao aprovisionamento local. Porém, em virtude da relativa pobreza das produções agrícolas na península, este facto punha muitas vezes os habitantes locais perante um dilema: o de se oporem pela força ao aliado (ou invasor) francês, ou com as suas famílias perecerem pela fome.

Do ponto de vista britânico (e português), a Guerra Peninsular assumia então as características de uma guerra de desgaste. Embora as forças terrestres empenhadas pelos anglo-lusos fossem reduzidas, enquanto mantivessem uma actividade limitada que simplesmente forçasse os franceses a permanecerem em Espanha, estes veriam a sua força declinar constantemente. Que assim era, atesta-o o facto de que as perdas francesas em batalha, na Península,



rondaram os 50000 homens, mas perto de 180000 foram perdidos pela fome, pela doença ou pela acção da guerrilha.

Contudo, para suprir as suas necessidades logísticas, impedindo que tropeçassem no mesmo tipo de problemas de que padeciam os seus inimigos, os anglo-lusos necessitavam de um porto de águas profundas que servisse de ancoradouro aos navios britânicos responsáveis pelo reabastecimento. Essa base logística teve de ser Lisboa, cidade que goza de um conjunto de vantagens geográficas únicas, do ponto de vista estratégico.

Efectivamente, graças ao Tejo, uma tomada de Lisboa pelos seus flancos Sul ou Sueste é de extrema dificuldade para uma força terrestre. Tal fora demonstrado de forma inequívoca em 1801, durante esse prelúdio às Invasões Francesas que ficou conhecido pelo nome de Guerra das Laranjas: então, quer a ausência de exploração do sucesso conseguido pelo exército espanhol na frente alentejana, quer a relutante resistência oferecida pelas forças portuguesas concentradas nos arredores de Portalegre se deveram, em última análise, à dificuldade de retirar um exército INTACTO do Alentejo, já que apenas a montante de Abrantes se tornaria viável encetar uma travessia. Entre 1809 e 1812, esta via de aproximação a Lisboa podia ser considerada ainda mais segura, em virtude da presença da esquadra britânica. O flanco Oeste, por outro lado, era igualmente pouco vulnerável: fosse, uma vez mais, pelo patrulhamento naval britânico; fosse pela escassez de locais adequados a um desembarque em força; fosse, principalmente, pela inerente fraqueza naval do inimigo. Restavam portanto as vias de aproximação vindas do Norte: ao longo da margem direita do Tejo, por Vila Franca e Alhandra; ou através de três corredores distintos, centrados respectivamente em Bucelas, Montachique e Mafra. O elemento comum a todas essas vias era a Serra de Montachique; controladas as alturas desta serra, controlar-se-iam os únicos acessos viáveis a Lisboa.

Naturalmente, tendo por base tais pressupostos, rapidamente Wellesley fez encetar as obras de fortificação da Serra de Montachique, desenvolvendo dessa forma o que vieram a ser as Linhas de Torres. A importância destas não se deve portanto à forma como resistiram aos assaltos inimigos – de facto não chegaram sequer a ser atacadas; mas nem por isso deve ser subestimada, já que, sem a segurança por elas permitida, a permanência das forças anglo-lusas na Península não poderia ter-se estendido pelo tempo suficiente para assegurar o conveniente desgaste do exército francês. Como tal, as Linhas de Torres bem podem considerar-se o trampolim para as acções ofensivas subsequentes, que acabariam por levar de vencida as águias napoleónicas.





1ª Marcha dos Fortes

15 de Outubro de 2005
LINHAS DE TORRES VEDRAS



REGULAMENTO

A Marcha dos Fortes é uma actividade pedestre, de resistência, não competitiva, que se desenrola ao longo das Linhas de Torres, a Norte de Lisboa, passando por algumas das fortificações mais representativas.

1. A actividade é organizada pelo Clube de Actividades de Ar Livre e pela C. M. Loures, no sábado, 15 de Outubro de 2005.
2. Pretende-se uma grande jornada desportiva e lúdica, de convívio e evocativa, tendo sido escolhido um percurso essencialmente em caminhos rurais, sem desníveis muito acentuados e que proporcionará aos participantes a beleza dos grandes horizontes e da ruralidade da zona Oeste.
3. Esta actividade tem um total de 42,9 km, inicia-se às 07h00 em Runa e termina às 20h00 no Zambujal, LOURES.
4. Nela poderão participar praticantes federados e não federados de desportos de montanha, nomeadamente o pedestrianismo, bem como todos aqueles que se interessados em disfrutar activamente do património natural, paisagístico, histórico e cultural.
5. A participação efectiva fica sujeita a uma inscrição prévia, a efectuar junto de qualquer das entidades organizadoras.
6. A inscrição será efectuada por ordem de chegada da documentação requerida. Aos inscritos será fornecida documentação referente à prova.
7. Haverá documento de participação, que comprovará a efectivação (total ou parcial) do percurso.
8. Para os que o desejarem, a Organização assegura na noite de 14, sexta, a utilização de pavilhão desportivo para pernoita, com duches e instalações sanitárias.
9. A Organização assegura o transporte entre Loures e o início da actividade, em Runa.
10. A Marcha dos Fortes assume a forma de uma marcha de regularidade. No intuito de assegurar a observância do horário pré-estabelecido, o ritmo da marcha será marcado por elementos da organização – batedores – devidamente identificados. É terminante proibido aos participantes ultrapassar os batedores.

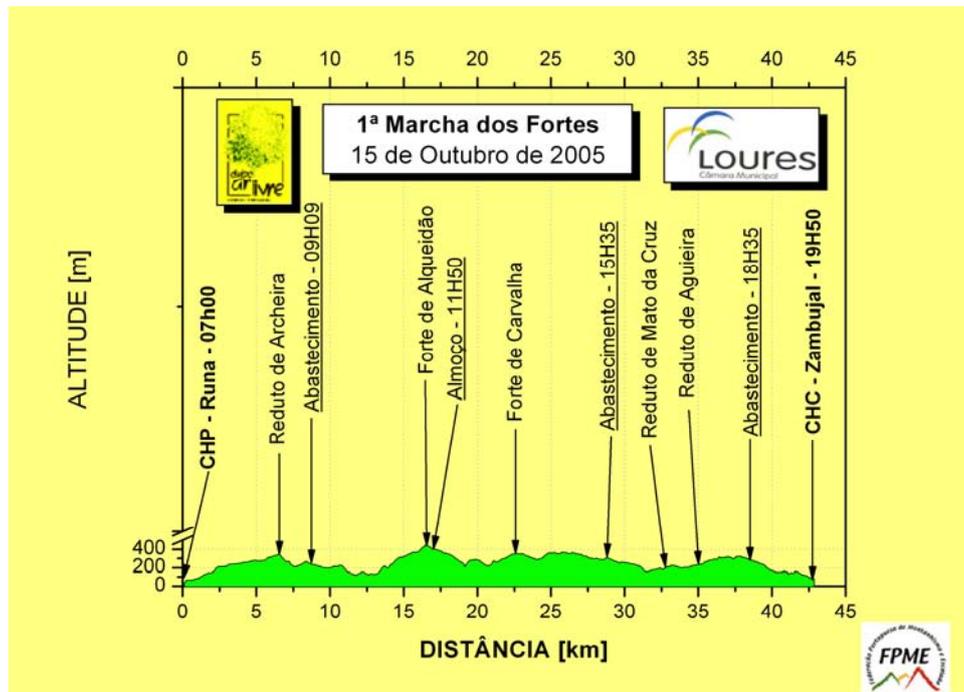
11. A organização providenciará complementos alimentares e bebidas em pontos pré-determinados do percurso.
12. Haverá assistência sanitária, viaturas de apoio e pontos de saída, que funcionarão como escapatória aos que pretendam abandonar a prova.
13. O atraso por parte de um participante relativamente ao horário pré-estabelecido pela organização implicará o abandono da prova, que será efectivado no primeiro ponto de saída alcançado após constatação do referido atraso.
14. Aos participantes que abandonem a prova em qualquer dos pontos de saída será fornecido transporte de regresso a Loures.
15. A prova não será suspensa devido a condições meteorológicas, salvo motivo de força maior.
16. A organização reserva-se o direito de modificar o percurso e/ou o presente regulamento, em virtude de alguma necessidade imprevista.
17. A participação na Marcha dos Fortes subentende a aceitação deste regulamento.





1ª Marcha dos Fortes

15 de Outubro de 2005
LINHAS DE TORRES VEDRAS



Localização	Dist. ao início	Hora ideal de passagem	Hora limite de passagem
RUNA	0	07H00	07H00
Reduto da Archeira	6,5	08H33	08H43
Quinta de A-do Guerra - 1º ABST	8,7	09H09 (Saída: 09H24)	09H19
Gozundeira – apeadeiro	12,3	10H18	10H28
Forte de Alqueidão	16,4	11H42	11H52
Alqueidão - 2º ABST – almoço	17,0	11H50 (Saída: 12H20)	12H00
Carvalha	22,0	13H40	13H50
Forte de Carvalha	22,5	13H45	13H55
A-do-Mourão - 3º ABST	28,8	15H35 (Saída: 15H50)	15H45
Reduto de Mato da Cruz	33,1	17H05	17H15
Cruzamento c/ EN115	33,8	17H15	17H25
Reduto da Agueira	35,3	17H50	18H00
Fonte Santa - 4º ABST	39,0	18H35 (Saída: 18H50)	18H45
ZAMBUJAL (campo da bola)	42,9	19H50	20H00